

EDITORIAL

Seguindo o novo propósito da Escola Superior de Magistratura no que se refere ao processo de consolidação da pesquisa científica, destaca-se mais a publicação da 3ª edição da Revista Cognito, periódico que compõe a estrutura científica da Escola Superior da Magistratura da Paraíba - ESMA/PB.

Dessa maneira, fechamos o primeiro quadrimestre do ano de 2024, consolidando um trabalho de muita dedicação de todos que integram a ESMA/PB e, conseqüentemente, estabelecendo o fortalecimento e a diversificação das atividades jurídicas através de uma perspectiva cada vez mais acadêmica. Neste número o leitor terá acesso a temas diversificados, de maneira a sedimentar, ainda mais, o caráter multidisciplinar da revista.

Inicialmente será possível analisar o estudo relacionado aos desafios que surgem no âmbito do estudo acerca da vinculação do parecer GM- 20 da AGU. Nesse sentido, será possível compreender os aspectos essenciais da atuação do CADE na análise dos atos de concentração e sua relevância para a ordem econômica para que, em seguida, se torne possível compreender o conflito existente entre as atribuições do BACEN e do CADE. E, por fim, após a compreensão do conflito de atribuições é que será possível, ao leitor, analisar o poder de vinculação dos pareceres da AGU.

O segundo artigo apresenta uma dinâmica de escrita bastante interessante sobre os direitos da personalidade no âmbito do processo civil. Inicialmente, o autor apresenta aspectos gerais sobre o salário como desdobramento do direito da personalidade para que, em seguida, seja possível compreender o conceito e a natureza jurídica do salário e remuneração, bem como os aspectos de funcionamento da proteção do salário e da responsabilidade civil. A partir deste fundamento, o leitor terá subsídio teórico para compreender os aspectos relacionados a proteção salarial no âmbito das decisões judiciais para, em seguida, iniciar uma reflexão sobre as algumas decisões judiciais sobre o tema. E, por fim, não menos importante, os autores apresentam uma conexão do tema e dos casos julgados, com aspectos normativos, no intuito de compreender a efetividade das obrigações que protegem os direitos civis.

Ainda na mesma perspectiva, o terceiro artigo científico favorece a reflexão sobre direito à desconexão como um direito da personalidade por via reflexa e a sociedade do cansaço, o estudo foi estruturado através de uma análise de

hiperconexão sob a ótica de byung-chul han. Desta forma, pretende-se estabelecer uma relação direta da sociedade do cansaço com os direitos da personalidade, a primeira sendo aquela oriunda da hiperconectividade, hiperconexão, hiperprodutividade e hiperinformação proporcionadas pela utilização da tecnologia de modo constante, que exaure o trabalhador e faz surgir o questionamento acerca do seu direito à desconexão nos dias atuais.

O quarto artigo apresenta aspectos importantes sobre os desafios legais decorrentes do avanço da inteligência artificial (IA) em uma sociedade globalizada. Destaca-se a importância crucial de adaptar o Direito às novas realidades tecnológicas, especialmente diante do crescimento exponencial de usuários da internet e do notável desenvolvimento da capacidade de aprendizado autônomo dos sistemas de IA. Durante a leitura, será possível identificar os desafios relacionados à responsabilidade legal em casos envolvendo IA, a necessidade de uma legislação atualizada para lidar com questões éticas e legais emergentes, além do impacto da IA na indústria e no direito autoral. Outrossim, destaca-se a contribuição dada pelo Poder Judiciário na regulamentação do uso da inteligência artificial como ferramenta para a celeridade na prestação jurisdicional, ainda que com ajustes a serem realizados em seus normativos. Desta forma, a discussão sobre os desafios jurídicos da IA é de suma importância para assegurar uma implementação ética e responsável dessa tecnologia.

O quinto e último artigo científico aborda, como tema principal, elementos relacionados ao estupro numa perspectiva dialogal com a medicina legal. Nesse sentido, o leitor poderá compreender os elementos que caracterizam um crime sexual de estupro. Em seguida, as autoras destacam a importância de uma educação sexual eficiente e constante para as presentes e futuras gerações com o intuito de aumentar a percepção sobre a presença de pessoas e suas ações, se são ou não carregadas de malícias, mesmo sem precisarem necessariamente do toque. Destaca-se ainda, durante a leitura que, a metodologia do investimento em áreas cognitivas e psíquicas mostra não só uma melhora nesse aspecto, mas uma reiteração do Direito Penal Biopsicológico, que trabalha com a natureza biológica e com as consequências psíquicas provocadas. Seguindo tal rumo, o Direito será mais humanizado e os membros jurídicos abalizados, contrariando assim as narrativas antigas sobre o estupro no todo.

Sendo assim, a presente edição propõe uma reflexão importante em relação ao Direito, numa perspectiva multidimensional e interdisciplinar, considerando que os estudos apresentados estabelecem diálogos significativos do direito com as mais diversas áreas do conhecimento, a exemplo da sociologia, da hermenêutica, do direito penal, da inteligência artificial e do direito civil. Portanto, almeja-se que esta edição possa oferecer fundamentos essenciais no âmbito das Ciências Jurídicas e Sociais, os quais estão embasados de maneira multidimensional. Por fim, espera-se que os elementos teóricos apresentados nesta revista possam auxiliar os/as integrantes do Judiciário, os/as pesquisadores/as, os/as estudiosos/as e toda a sociedade neste processo de ressignificação contínua da Ciência.

Boa Leitura!

Milena Barbosa de Melo

Editora Chefe